

A CRUZADA DEMOCRÁTICA FEMININA DE PERNAMBUCO E A QUESTÃO AGRÁRIA (1969)¹

The Women's Democratic Crusade of Pernambuco and the agrarian question (1969)

João Pedro Pereira de Barros de França²

Orientação: Prof. Dr. José Marcelo Marques Ferreira Filho³

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre o Brasil durante o período da Ditadura Empresarial-Militar, particularmente no ano de 1969. Ela é um estudo de caso sobre a Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco. As fontes utilizadas serão as matérias do jornal *Diário de Pernambuco*. Frente a esta compilação de manchetes, é feito o seguinte questionamento: de que forma a Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco se mobilizou em torno da questão agrária durante o ano de 1969?

Palavras-chave: Ditadura empresarial-militar; Aparelhos Privados de Hegemonia; Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco.

ABSTRACT

This research is about Brazil during the period of the Corporate-Military Dictatorship, particularly in 1969. It is a case study of the Women's Democratic Crusade of Pernambuco. Records published in the newspaper *Diário de Pernambuco* are our main source of research. Our main question is: what did the Women's Democratic Crusade think about the agrarian question in 1969?

Key-words: Corporate-military dictatorship; private hegemonic apparatuses; Women's Democratic Crusade of Pernambuco.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), cuja banca de defesa foi composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. José Marcelo Marques Ferreira Filho; Prof. Dr. Romero Junior Venâncio Silva; Profa. Me. Maria Gabriela Vieira de Souza, na seguinte data: 17 de fevereiro de 2025.

² Graduado em Licenciatura em História na UFPE.

³ Professor do Curso de Graduação em História da UFPE.

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1950, o Brasil passou por um intenso processo de industrialização e urbanização, fomentado pelo financiamento estrangeiro, principalmente estadunidense. Essa forma de desenvolvimento trouxe consigo algumas consequências que modificaram profundamente a vida política e econômica do país (Dreifuss, 2006).

Primeiramente, formou-se uma elite empresarial profundamente entrincheirada na máquina estatal e com profundos laços econômicos, políticos e pessoais com a burguesia e os governos estadunidenses (Dreifuss, 2006). Em segundo lugar, junto à aceleração do processo de urbanização, também houve um considerável aumento do contingente de trabalhadores urbanos, o que resultou num salto quantitativo e qualitativo da organização do movimento operário. Estes elementos fizeram com que no final da década de 1950 tivesse um início de irrompimento da luta de classes dentro da estrutura populista (Moniz Bandeira, 2010).

Se o desenvolvimento econômico dependente brasileiro forneceu as bases objetivas para um acirramento do conflito de classes em solo brasileiro, foi durante o governo de João Goulart (Jango) que tais condições foram estabelecidas. A turbulenta subida ao poder de Jango, com suas políticas reformistas e proximidade com os movimentos populares, urbanos e rurais, que cresciam exponencialmente, empurrou a elite econômica brasileira⁴, bem como alas do exército mais próximas à Escola Superior de Guerra (ESG), a se organizarem para evitar que seus interesses fossem desafiados (Dreifuss, 2006).

O empresariado brasileiro utilizou um complexo partidário de vanguarda - formado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) - para organizar sua atuação política (Dreifuss, 2006). Na concepção de Gramsci, Partido de Vanguarda é tanto um instrumento de construção de uma nova hegemonia entre as massas populares quanto um organismo de direção dos trabalhos políticos de uma classe para conquista dessa hegemonia (Dreifuss, 2006).

⁴ Para este trabalho utilizaremos os termos elite econômica brasileira e classe dominante para nos referirmos a totalidade dos elementos integrantes da construção e consolidação do golpe de 1964. Por classe dominante nos referimos ao conjunto dos detentores dos meios de produção no Brasil, sendo eles o empresariado multinacional associado e a elite agrária brasileira. Quando nos referirmos a uma dessas frações de classe, estaremos abordando as suas dimensões políticas específicas, seus interesses próprios e respectivos meios de atuação (Dreifuss, 2006).

Um dos principais meios de ação ideológica e política do chamado complexo IPES/IBAD foi a estratégica mobilização das classes médias que visava acentuar o clima de inquietação e insegurança política no país, imprimindo certa aparência de apoio popular e necessidade de intervenção no governo de João Goulart.

A decisão de mobilizar as classes médias partiu de uma análise de conjuntura da luta de classes no Brasil e do papel dessa classe nela: segundo os intelectuais do IPES/IBAD, esta seria uma fração da sociedade que nunca havia se organizado enquanto classe *para si* mas que tinha um forte potencial reacionário-democrático, principalmente porque seus interesses econômicos e sociais estavam em aparente oposição com os do governo de João Goulart (Dreifuss, 2006).

O empresariado encontrou na "mulher-mãe" a melhor figura para carregar sua propaganda política. A mãe representaria um sujeito a-político, livre de interesses, de corrupção e de segundas intenções. Vendo este potencial político da "mulher-mãe", o empresariado brasileiro fundou, organizou e buscou dirigir diversas organizações femininas, intentando desestabilizar o governo de João Goulart e criar um cenário político-social de necessidade de intervenção militar (Simões, 1985; Starling, 1986).

Essas mulheres, fundadoras ou dirigentes dessas organizações femininas, apresentavam duas principais características: eram esposas ou parentes de membros do IPES/IBAD ou do movimento golpista e eram, em sua grande maioria, "donas de casa" (Simões, 1985). Elas traziam em seu discurso uma forte ideia cristã do que significava ser mulher, valorizando seus traços de modéstia, submissão e devoção a seus maridos e filhos. Dessa forma, essas mulheres não ocuparam o espaço político enquanto sujeitos "públicos", mas sim enquanto mães, que se lançavam à política pois precisavam zelar pelo seu lar (país) e pelos seus filhos e maridos (povo) (Sestini, 2008; Simões, 1985).

Apesar desses movimentos terem sido fundados de forma vertical, ou seja, a partir do interesse do empresariado, é importante não colocarmos essas mulheres em uma posição passiva ou de "massa de manobra". As mulheres-mães, a partir de suas realidades e de suas respectivas convicções políticas, formularam ações, agitações e até mesmo disputaram seus movimentos internamente, seja se opondo a outras mulheres ou até mesmo a quadros do empresariado (Simões, 1985).

O anticomunismo era a principal ideia que animava politicamente essas mulheres. Seu grande medo era que uma suposta degeneração política rumo ao

comunismo levasse ao fim da igreja, da religião, da família e das liberdades democráticas (Presot, 2004; Sestini, 2008; Simões, 1985).

O objeto desta pesquisa, a Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco (CDF-PE), foi uma dessas organizações, tendo sido fundada em 14 de setembro de 1963, após uma palestra feita em Recife para mulheres. Este evento contou com a presença de dirigentes e militantes do complexo IPES/IBAD, como Sebastião Barreto Campello e Paulo Maciel (Simões, 1985). A Cruzada deu início a suas atuações ainda no ano de 1963, de modo clandestino, realizando tarefas de forma anônima e sigilosa, por medo de perseguição pelo governo de Miguel Arraes. Depois, desenvolveu importantes atividades como campanhas de registro eleitoral para a população em 1963 e a organização da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em 1964 (Simões, 1985).

Apesar de sua importância nos momentos pré-golpe, poucos pesquisadores se dedicaram a investigar a atuação da Cruzada no pós-golpe, sobretudo em movimentos políticos reacionários⁵. Segundo Simões (1985), há na historiografia um certo consenso de que os movimentos de direita (além daqueles da esquerda já amplamente inestigados), incluindo a Cruzada, teriam encerrado suas atividades políticas após o golpe, no final da década de 1960 e início da década de 1970. Mesmo os que continuaram suas atividades teriam dado prosseguimento a uma atuação meramente “assistencialista” (Simões, 1985).

Porém, essas mulheres permaneceram atuantes mesmo depois do golpe, tanto devido aos seus próprios interesses, quanto por parte dos interesses da classe dominante em dar sustentação ao seu governo. Conforme Rezende, “O gal. Paula Couto, importante membro daquela escola [Escola Superior de Guerra], afirmava que a organização de grupos que saíssem em defesa do regime tinha que contar com ‘as senhoras já organizadas desde antes da revolução’” (2013, pg. 54. Grifo nosso).

A CDF-PE manteve-se ativa pelo menos até o fim da década de 1970. A partir de matérias publicadas no *Diário de Pernambuco* no ano de 1969, o objetivo desse texto é analisar os debates e movimentações da Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco acerca da chamada “questão agrária”. A escolha deste recorte

⁵ Nome dado pela mídia e historiografia às mulheres que construíram a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

temporal se justifica pela intensificação das atitudes do governo “revolucionário” em torno da questão agrária.

O *Diario de Pernambuco* era um dos jornais de maior circulação em Pernambuco na época e teve papel de destaque na organização do empresariado brasileiro, por ter sido parte dos aparelhos de imprensa cooptados pelo IPES/IBAD (Dreifuss, 2006). Nesse contexto, os Diarios Associados se tornaram uma espécie de “correia de transmissão” das ideias e das ações do empresariado, tanto durante a orquestração do golpe, quanto durante seus governos. Esse coletivo de mulheres conservadoras tinha um notório privilégio no *Diario de Pernambuco*; a “Coluna da Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco”, um espaço destinado a veicular temas do seu interesse.

As fontes utilizadas neste trabalho são fruto de um recorte específico das matérias da Cruzada no *Diario de Pernambuco*. Durante o ano de 1969, foram identificadas por nós 43 matérias que fazem referência à CDF-PE e que abordam temas diversos da política nacional e internacional. Destas, 5 eram relacionadas à pauta da Reforma Agrária, sendo elas 4 “Colunas da Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco” e 1 matéria do jornal sobre a Cruzada.

Nossos objetivos específicos são: i) compreender as ideias e as ações desenvolvidas e praticadas pelo governo empresarial-militar acerca da “questão agrária”; ii) analisar os discursos da Cruzada acerca da questão agrária e as respectivas políticas empreendidas pelo governo ditatorial.

Para além da já citada lacuna historiográfica sobre a Cruzada, esta pesquisa também visa preencher uma outra: a da dimensão do consenso e do apoio dado pela sociedade civil ao governo ditatorial. Muitos historiadores afirmam que o Brasil não enfrentou “cara a cara” o seu passado ditatorial, seja porque os criminosos da ditadura, que sequestraram, torturaram, assassinaram, vilipendiaram e roubaram seu próprio povo não foram devidamente julgados, seja porque até hoje guardamos fortes traços dos governos militares (Teles; Safatle, 2010). Todavia, isso também é verdadeiro quando paramos para pensar em todos aqueles que apoiaram o governo ditatorial, ou somente se omitiram diante de suas barbaridades. Essa dolorosa verdade ainda não foi enfrentada e debatida em todas as suas dimensões (Motta, 2021).

Diante desse cenário de esquecimentos e ausências deliberadas, torna-se importante compreender as movimentações políticas de um coletivo fortemente

influenciado pela classe dominante. Fazer isso é ‘colocar o dedo na ferida’, ao desnudar os meios empreendidos por essa classe para que se criassem as condições subjetivas de construção de algum nível de consenso e apoio em torno de um governo tão danoso contra o seu próprio povo.

Mobilizaremos o conceito de Aparelho Privado de Hegemonia (APH)⁶ para nos aproximarmos desse objeto. O conceito Aparelho Privado de Hegemonia tem sua origem no debate acerca do caráter do Estado. O filósofo sardo compreende o Estado de forma ampliada, enxergando suas dimensões coercitivas e consensuais. Esse Estado seria formado por dois planos: uma sociedade política, que diz respeito ao Estado em sentido restrito, no qual residem as estruturas coercitivas do Estado como por exemplo a burocracia, o Exército, a Polícia e o parlamento; e por uma sociedade civil, parte que não está relacionada ao poder direto nem aos mecanismo de coerção, mas sim às estruturas que as massas aderem de forma consensual e que é o meio de disputa da Hegemonia política e cultural da sociedade (Coutinho, 2014; Mendonça, 2014).

Essas organizações seriam os “Aparelhos Privados de Hegemonia”, como a Igreja, os Sindicatos, os partidos, as escolas etc. A sociedade civil é o espaço de manifestação e disputa pela hegemonia, e os APHs são justamente as ferramentas de atuação dentro desse espaço, que tanto a classe dominante quanto a classe subalterna encontram para poderem disputa-la e, conseqüentemente, o Estado (Coutinho, 2014; Gramsci, 2022). Essas organizações deveriam desenvolver não somente uma atuação política, mas também cultural, ideológica e filosófica, abrangendo todas as dimensões da vida social (Hoeveler, 2019; Mendonça, 2014).

Partindo deste arcabouço teórico, compreendemos a Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco enquanto Aparelho Privado de Hegemonia que foi fundado e dirigido pela classe dominante brasileira que pretendia atuar entre as massas para dirigi-las política, ideológica e culturalmente, visando dar sustentação ao seu regime através do consenso (Hoeveler, 2019; Mendonça, 2014).

Para compreendermos o conteúdo político da agitação da Cruzada em torno da questão agrária durante o ano de 1969, utilizaremos matérias da “Coluna da Cruzada Democrática Feminina” dos dias 23 de março, 27 de abril, 11 de maio e 29

⁶ Conceito desenvolvido por Antônio Gramsci, partindo do arcabouço teórico hegel-marxiano, e utilizado por diversos historiadores para investigar a atuação da classe dominante durante a organização do golpe de 1964.

de junho. Para além disso utilizaremos também a matéria “GERAN e Cruzada querem salvar a ANCARPE”, do dia 14 de setembro, todas presentes no *Diário de Pernambuco* do ano de 1969⁷. Nestas matérias, o movimento aborda questões como a reforma agrária e suas contradições, reflete acerca da agronomia e dos problemas da terra no país e apresenta preocupações e propostas acerca do direito dos trabalhadores do meio rural.

Para nos aproximarmos das fontes e cumprirmos os objetivos da pesquisa, lançamos mão tanto da metodologia desenvolvida pela professora Tânia Regina de Luca para utilização de periódicos enquanto fonte histórica, como também faremos uso da chave investigativa da análise de conteúdo (Franco, 2018; Luca, 2008).

Este artigo se divide em três partes. Na primeira, a temática e o problema da pesquisa são introduzidos. Na segunda, são apresentados os debates e disputas em torno da questão agrária, focando nas formulações do empresariado brasileiro organizado, bem como os caminhos concretos que essas formulações tomaram durante os governos de Humberto Castelo Branco (1964-1967) e Artur da Costa e Silva (1967-1969). Na terceira parte é apresentada a atuação política da Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco em torno da questão agrária durante o ano de 1969.

2 A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR E A QUESTÃO AGRÁRIA

2.1 A questão agrária no Brasil da década de 60

Devido a forma que o Brasil foi colonizado e que o capitalismo se desenvolveu em suas terras, a posse da terra, o seu uso, distribuição e relações que se formavam ao redor, sempre representaram uma preocupação para os políticos, seja para aqueles que queriam manter seus privilégios com relação ao usufruto da terra, seja para aqueles que queriam transformá-la (Prado Jr., 1979). A partir das penas e bocas de abolicionistas e lideranças progressistas, desde ao menos o século XIX, eram formuladas e enunciadas propostas de reformulação do espaço agrário brasileiro, baseando-se principalmente no problema da concentração fundiária.

No entanto, foi no final da década de 1950 e início da década de 1960 que essa questão se elevou ao nível de prioridade nacional no debate público. Isso

⁷ Para este mesmo ano existem outras 38 matérias sobre as movimentações da Cruzada, no entanto, nenhuma delas aborda temas relacionados à questão agrária brasileira.

ocorreu, principalmente, por causa da crescente organização política dos trabalhadores do campo em torno das Ligas Camponesas, que defendiam um projeto radical de reforma agrária, baseado na desapropriação dos latifúndios e monopólios, transformando-os em posses camponesas individuais, coletivas ou estatal. O movimento também pleiteava por melhores condições de vida e de luta para os trabalhadores rurais (Moniz Bandeira, 2010; Stédile, 2012).

Paralelamente às Ligas Camponesas, outras organizações se lançaram à luta em defesa dos direitos do trabalhador do campo e da pauta histórica da reforma agrária. Podemos citar o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, devido a sua estratégia etapista de construção socialista, enxergava a reforma agrária como horizonte para a revolução burguesa e que a luta deveria se dar contra as contradições imediatas que os trabalhadores do campo estavam submetidos (Medeiros, 2018).

A ascensão da questão agrária no debate público coincidiu com a conturbada chegada ao poder de Jango. O presidente trouxe consigo um projeto reformista apoiado pelos movimentos populares. O governo apresentou um pacote de Reformas de Base que incluía a agrária (Moniz Bandeira, 2010). Um dos objetivos dessa proposta era reestruturar a forma da posse da terra no campo brasileiro a partir da expropriação dos latifúndios considerados improdutivos. A base dessa reforma seria o pagamento a longo prazo da expropriação com títulos da dívida pública, ao invés do antecipado como estava escrito na constituição. Essa mudança era importante pois durante muito tempo a necessidade de retribuição total antecipada foi utilizada enquanto empecilho burocrático pelos fazendeiros para impedir as expropriações (Dreifuss, 2008; Moniz Bandeira, 2010).

Tal projeto assustou a classe dominante brasileira, por compreendê-lo tanto enquanto um incitador de subversão, através da expropriação das terras, como um beneficiador do Estado, tornando-o em um grande proprietário de terras. O grande receio da elite econômica brasileira era que o Brasil se tornasse uma próxima Cuba, China ou União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), sob a liderança de Jango (Dreifuss, 2008).

Dentro desse cenário, o empresariado brasileiro organizado formulou uma contraproposta à reforma agrária de Jango. Não somente por compreender sua ameaça aos seus interesses e a expressa demanda de grande parte do povo brasileiro por algum tipo de projeto para o meio rural, mas também por interesse

próprio. Esse grupo, visando ao mesmo tempo aprofundar o capitalismo no país e eliminar as contradições que permitiriam a proliferação do comunismo, tinha o interesse de realizar uma reforma agrária partindo de uma certa noção de modernização conservadora (Oliveira, 2009; Vieira, 2022).

Essa noção de necessidade de uma reforma agrária nos países subdesenvolvidos era compartilhada pelos Estados Unidos da América (EUA), o maior financiador e apoiador político-organizativo do golpe de 1964. Na “Carta de Punta del Este”, um ensaio do que seria a Aliança para o Progresso, é expresso o compromisso dos EUA com o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos através de investimentos. Esse capital, que chegaria aos bilhões de dólares enviados através de bancos estadunidenses, deveriam ser voltados para as áreas da assistência social, saúde, educação, habitação e para melhorias nas condições de trabalho (Natividade, 2017). Incluído neste plano de desenvolvimento estava um projeto de reforma agrária, com toda certeza mais modesto do que os do campo progressista, porém ainda assim pautado na reformulação da posse da terra (Natividade, 2017; Loureiro, 2020).

A Revolução Cubana foi o grande fantasma que esteve por trás dessa movimentação política dos EUA. Com o êxito do movimento revolucionário liderado pelos irmãos Castro e Che Guevara, e a posterior adesão do governo ao marxismo-leninismo e a sua aproximação com a URSS, os EUA iniciaram uma forte mobilização para impedir que o socialismo se expandisse pelo continente: desde sanções a Cuba até apoios econômicos e intervenções políticas através de golpes em países que apresentavam algum tipo de potencial revolucionário (Natividade, 2017).

No entanto, a reforma agrária não representava os interesses de toda a elite econômica brasileira. Sendo um tópico tão delicado, essa questão foi alvo de fortes disputas internas, que tinha sua origem no compromisso firmado por essa classe dominante para impedir os avanços populares. (Bruno, 2013; Natividade, 2012; Vieira, 2022). Dentro desta coligação temos diversas frações de classe, como empresários profundamente associados aos Estados Unidos da América (EUA), empresários urbanos e rurais de médio porte, oficiais ligados à Escola Superior de Guerra (ESG) e a aristocracia latifundiária brasileira.⁸ Todos esses segmentos

⁸ Outros substantivos utilizados neste trabalho para denominar a classe de proprietários de terras no meio rural foram: fazendeiros e latifundiários.

traziam consigo diferentes interesses e visões de mundo, que se manifestavam internamente, embora estivessem temporariamente unidos contra a ameaça populista representada por Jango (Bruno, 2013; Natividade, 2012; Vieira, 2022).

Com relação à questão agrária, temos dentro do complexo IPES/IBAD dois grupos bem delimitados. De um lado, os reformistas do Rio de Janeiro, que defendiam uma reforma agrária de caráter modernizador, necessária, segundo eles, para o desenvolvimento capitalista do Brasil. Esta proposta agradava aos agroindustriais, fração mais liberal dos proprietários de terra. Do outro lado, o grupo de proprietários de terra e empresários de São Paulo, que eram conservadores e veementemente contra qualquer tipo de reforma agrária (Bruno, 2013; Natividade, 2012; Vieira, 2022).

Dentro dessa disputa, o grupo que saiu vencedor foi o do Rio, ficando responsável por desenvolver, a partir da unidade de estudo sobre reforma agrária dos Grupos de Estudo e Doutrina do IPES/IBAD, durante o ano de 1962, um projeto de lei, que acompanhava uma série de artigos e livros que legitimavam tecnicamente, cientificamente e ideologicamente sua proposta para o campo brasileiro (Bruno, 2013; Natividade, 2012; Vieira, 2022).

Segundo os documentos elaborados pelo grupo de estudos, o principal objetivo da reforma agrária deveria ser o desenvolvimento econômico e industrialização a partir da formação de uma classe média rural, a modernização das forças de produção e a melhoria nas condições de trabalho do empregado rural (Bruno, 2013; Natividade, 2012; Vieira, 2022). Esta proposta parte do entendimento de que o latifúndio representava um obstáculo estrutural para a modernização e a industrialização no país. Fora isso, o latifúndio também trazia consigo diversas contradições sociais, econômicas e políticas para as pessoas que eram atravessadas por ele, sendo um terreno fértil para proliferação de “ideias subversivas” (Bruno, 2013; Natividade, 2012; Vieira, 2022).

A formação dessa classe média campesina traria consequências econômicas positivas, como o aumento do mercado interno de consumo, a partir da assimilação do que estaria sendo produzido pela indústria interna, e o aumento qualitativo e quantitativo da produção de insumos para consumo interno nas áreas urbanas. Além disso, a formação de uma classe média rural combateria a “subversão” do campo. Pois, para o empresariado, as precárias condições de vida e trabalho produzidas

pelo latifúndio tornavam o campo um locus do comunismo. (Bruno, 2013; Natividade, 2012; Vieira, 2022).

2.2 As formulações do empresariado para o problema agrário no Brasil

Com a execução do golpe em abril de 1964 e a ocupação da máquina estatal por quadros do movimento golpista, inicia-se a operacionalização do projeto político empresarial-militar para o campo. O Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra (GRET) surgiu inserido neste cenário, visando concretizar as formulações reformistas em torno da questão agrária. O GRET visava desenvolver um projeto de lei de reforma agrária. Dele fizeram parte a ala reformista do IPES/IBAD, coordenada por Paulo de Assis Ribeiro (Bruno, 2013; Natividade, 2012; Vieira, 2022).

As ideias base da reforma agrária proposta pelo governo de Castelo Branco davam continuidade às formulações construídas pelo IPES/IBAD em 1962, sendo elas: a noção de latifúndio enquanto obstáculo estrutural ao desenvolvimento e à industrialização, a valorização da propriedade familiar e a implementação de uma classe média rural no campo e o princípio de função social para a propriedade privada. Dentro desse projeto, a tributação das terras improdutivas seria o principal mecanismo de redistribuição, bem como a propriedade familiar e a empresa agrícola passariam a ser os pilares do uso racional da terra (Bruno, 2013; Natividade, 2012; Vieira, 2022). Dessa forma, apesar de seu caráter empresarial, o que sustentava a reforma agrária de Castelo Branco era a necessidade de uma reestruturação fundiária, algo defendido das mais diversas formas e pelos mais diversos atores sociais durante as décadas 1950 e 1960 (Bittencourt; Schmitz, 2014).

Essa proposta de reforma agrária não foi vista com bons olhos pela elite agrária brasileira. Se desde o momento da necessidade de unidade política para derrubar o governo de Jango houve disputa interna, neste momento de consolidação do novo governo a disputa se dará de forma ainda mais aberta. Dos usineiros do Nordeste aos cafeicultores do Paraná, houve resistência (Bruno, 2013; Natividade, 2012; Vieira, 2022).

No entanto, essa disputa se deu de forma bem diferente do que a anterior contra o projeto de Jango, pois estava inserida em uma realidade política diferente, mais complexa e delicada. Primeiramente, com o golpe recém desferido, o momento de instabilidade do novo governo que assumia exigia maior cautela na disputa

intraclasse, visto o receio de “implosão” do governo e perda do poder. Além disso, a proposta se enquadrava nos limites de uma reforma agrária capitalista, não sendo possível utilizar o fantasma do comunismo enquanto agitador. Por fim, a reforma trazia consigo uma política de investimentos e incentivos agrários que muito favorecia esta elite. Por isso, a disputa se deu dentro dos marcos conceituais comuns para a classe dominante (Bruno, 2013; Vieira, 2022).

As principais entidades que lideraram esta resistência foram a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), em conjunto com sociedades do Nordeste e do Paraná. Apesar de suas diversas disputas internas e regionais, estes dois órgãos se uniram para repudiar o projeto de reforma agrária proposto pelo governo de Castelo Branco. Dentre os discursos mobilizados podemos apontar o não reconhecimento da existência de um problema fundiário no país, a defesa intransigente do “direito sagrado a propriedade” e o terrorismo político em torno do novo governo (Bruno, 2013; Vieira, 2022).

Para esta fração da elite brasileira, o problema do campo brasileiro não estaria no estado da posse e uso da terra, mas sim nas políticas econômicas voltadas para o campo. O que o governo deveria empreender, antes de qualquer reforma agrária, deveria ser uma reforma agrícola, baseada na concessão de volumosos incentivos e créditos aos produtores rurais, em conjunto com um processo de industrialização e modernização do campo. Além disso, a proposta de reforma agrária apresentada pelo governo representaria uma ofensa ao “sagrado direito de propriedade privada”, colocando as terras a serviço de um “interesse social”. Visando agitar neste sentido, as entidades, principalmente a SRB, passaram a comparar o governo Castelo Branco ao de Jango, afirmando se sentirem traídos pelos militares e pelo governo que apoiaram (Bruno, 2013; Vieira, 2022).

A partir de toda essa mobilização em torno da proposta do governo, foi organizado o Encontro de Viçosa, em julho de 1964. Neste Congresso, diversos representantes da elite agrária brasileira, bem como técnicos, empresários, políticos e intelectuais, se reuniram para discutir os rumos do projeto de lei. As principais polêmicas abordadas nesse momento foram a tributação às terras improdutivas, definidas pelos latifundiários enquanto forma de confisco de suas terras, a utilização do termo “latifúndio” e o protagonismo da propriedade familiar, que supostamente representaria um obstáculo no caminho da modernização e desenvolvimento do

campo (Bruno, 2013; Vieira, 2022). Esse debate se acirrou no Congresso Nacional, no momento de aprovação da lei:

Exigiam-se a retirada da noção de latifúndio por dimensão e a supressão do instrumento da desapropriação; requeria-se a desobrigação por parte da empresa rural de comprovar uma área mínima explorada e de usar práticas conservacionistas; e determinava-se a omissão de toda e qualquer referência ao absenteísmo do proprietário (PAR,1964c). Quanto ao justo valor da tributação, quando aceito, este deveria ser convencionado “amigavelmente” entre as partes. Criticava-se até mesmo a reforma agrária gradual, sob o argumento de que ela induziria “lenta e desapercivelmente a uma mentalidade socializante” (Bruno, 2013, p. 27).

Ao fim e ao cabo, o Estatuto da Terra aprovado pelo Congresso Nacional foi um documento bastante diferente daquele sugerido pelo GRET. A problemática fundiária foi mantida na lei, no entanto, a definição do latifúndio se restringiu somente a suas dimensões territoriais e suas contradições sociais, culturais e econômicas foram suprimidas. A propriedade familiar foi mantida como base organizativa da reforma agrária, embora tenha sido abandonada, pois o papel desenvolvimentista e modernizante foi delegado às empresas agrícolas. Por fim, a definição de latifúndio poderia facilmente ser confundida com o de empresa agrícola, algo que colaborou para a sua continuidade e expansão (Bruno, 2013; Vieira, 2022).

2.3 A política da Ditadura Empresarial-Militar para a questão agrária

As políticas de reforma agrária encabeçadas pelo governo de Castelo Branco em momento algum saíram do papel, seja devido à resistência da elite agrária, ou a dificuldade de implementação do Estatuto da Terra. Dificuldades essas de base tanto orçamentária e executiva quanto políticas. A forma que o governo Castelo Branco incidiu na questão agrária brasileira foi, por um lado, nas relações trabalhistas e, por outro, no incentivo à modernização dos latifúndios. Esses dois elementos precisaram caminhar juntos, pois a única forma do capital aceitar a elevação do custo da mão de obra era a partir do processo de modernização das forças de produção, que diminuiria o custo da produção, balanceando assim o lucro dos ruralistas (Prado Jr., 1979).

Essa intervenção do governo militar nas regiões rurais do país significou uma mudança na relação campo x governo. O campo brasileiro tem um histórico de exercício do poder patronal, centrado nos homens detentores de terras, que organizam a vida social ao seu redor, em suas múltiplas dimensões. Mesmo com uma variada incidência e presença do Estado brasileiro no campo, principalmente

após a revolução de 1930, o poder de mando dos latifundiários permaneceu intocado. Foi após o golpe de 1964 que o Estado passou a intervir diretamente na vida política do meio rural brasileiro de forma centralizada, buscando controlá-lo em alguma medida (Rogers, 2017).

Economicamente, o governo buscou assimilar as demandas dos usineiros e senhores de engenho, trazidas a partir de organizações de classe como o Grupo de Estudos do Açúcar (GEA), o Grupo de Trabalho para a Indústria Açucareira (GTIA) e por fim o Grupo Especial para a Racionalização Açucareira do Nordeste (Geran). Todos esses cumpriram importante papel na formulação e operacionalização das políticas de desenvolvimento e modernização do campo, buscando principalmente o aumento em sua produtividade (Rogers, 2017).

Com relação às questões trabalhistas, a ditadura assumiu uma postura de “amparo” ao trabalhador. No entanto, tendo perseguido de forma violenta a grande maioria das lideranças camponesas, desmontado os movimentos sociais e cooptado os sindicatos que surgiram (Pereira, 2008; Rogers, 2017), a ditadura conduziu sua política através de uma relação paternalista com a classe trabalhadora. Se antes os camponeses conquistavam melhorias para a sua vida a partir de uma luta que trazia ainda mais tração e força para o seu movimento, agora seus direitos seriam garantidos pelo Estado, em uma relação de “pedido”, de solicitação (Rogers, 2017).

Dentre estas políticas trabalhistas podemos citar as tabelas de tarefas. Esse mecanismo de quantificação do trabalho realizado pelos trabalhadores do campo, que foi implementado durante o governo de Miguel Arraes e se tornou um dos principais mecanismos de luta contra a superexploração do trabalho do camponês, foi mantido em princípio pela ditadura, porém reformulado, dividindo as tarefas a partir do seu tipo, da qualidade do solo e de sua extensão (Callado, 1964; Rogers, 2017).

Outro exemplo é o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), lei implementada durante o governo de Jango e que visava ampliar e consolidar os direitos dos trabalhadores do campo, como a carteira assinada, o limite de 8 horas diárias de trabalho, salário mínimo, o direito à sindicalização, o acesso à justiça do trabalho e a serviços médicos e de assistência social, que deveriam ser financiados pelo Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) (Prado Jr., 1979; Rogers, 2017). Apesar de sua expressa importância, o ETR, que muitas vezes foi comparado a carta de alforria dos trabalhadores rurais, falhou em apresentar um

projeto coerente com a realidade do trabalho no campo. Apesar de apresentar uma diversidade nas formas de pagamento, abrangendo diferentes tipos de vínculo empregatício, apenas tangenciou outras formas de relação trabalhista como os meeiros e posseiros, abrindo margem para que esses trabalhadores não tivessem seus direitos reconhecidos (Prado Jr., 1979).

A permanência dessas políticas implementadas durante os governos anteriores foi motivo de frustração por parte das elites agrárias, que participaram direta e indiretamente das movimentações golpistas e esperavam que o novo governo que assumiu as rédeas do país revertisse os avanços da luta dos trabalhadores do campo.

Durante o governo Costa e Silva esses direitos previdenciários foram ampliados, sendo criado o Plano Básico de Previdência Social, implementado a partir do Decreto-Lei nº 564.⁹ Neste Decreto-Lei são ampliados os trabalhadores que teriam direito, incluindo aqueles não empregados, denominados 'avulsos', bem como os serviços aos quais os segurados e seus dependentes teriam acesso e os meios de financiamento e execução da lei. Nesta nova lei, o FUNRURAL se tornou responsável somente pela assistência médica dos trabalhadores, sendo o restante dos serviços atribuição do sistema geral de previdência social.

Poucos meses depois, este Decreto-Lei foi alterado pelo de nº 704, que implementou isenções às empresas que contribuíssem com o Plano Básico de Previdência Social, como também implementou a “carteira de trabalho devidamente anotada” enquanto requisito fundamental para acesso aos direitos, retirando-os dos trabalhadores “avulsos” não empregados.¹⁰

Estas leis previdenciárias implementadas pelo governo ditatorial padecem do mesmo problema da sua predecessora, o Estatuto da Terra. Ao restringir o segurado pelos direitos previdenciários somente àqueles que teriam sua carteira assinada, a lei concretamente exclui a esmagadora maioria dos trabalhadores do campo do acesso aos direitos (Rogers, 2017).

No entanto, suas ausências partem de um lugar político diferente. Enquanto que o ETR apresentava limites técnicos com relação a conceituação do meio rural brasileiro (Prado Jr., 1979), tornando-o menos eficiente, as legislações previdenciárias estavam inseridas em um contexto de luta de classes no qual a

⁹ Brasil, Constituição (1967), Decreto-lei nº 564 de 1º de maio de 1969.

¹⁰ Brasil, Constituição (1967), Decreto-lei nº 704 de 24 de julho de 1969.

classe empresarial e proprietária de terras saiu vitoriosa frente ao movimento camponês esfacelado pela ditadura (Rogers, 2017).

Todos esses direitos, por mais limitados que fossem, eram reconhecidos pelo governo militar e se tornaram a base das reivindicações dos trabalhadores na Justiça do Trabalho. Se de um lado houve uma diminuição nas mobilizações políticas dos trabalhadores do campo, por outro houve um grande aumento nos processos nas Juntas de Conciliação e Julgamento. O Estado, através da Justiça do Trabalho, mediou conflitos entre trabalhadores e patrões, resultando em uma mudança na correlação de forças no campo, que, com a ajuda do Estado, começava a se virar minimamente para o trabalhador (Montenegro, 2022; Rogers, 2017).

Porém, essas Juntas de Conciliação da Justiça do Trabalho se concretizaram muitas vezes enquanto mais um espaço de negação de direitos aos trabalhadores e de legitimação de condutas autoritárias por parte dos empregadores (Ferreira Filho, 2022; Montenegro, 2022; Rogers, 2017). Ou seja, apesar de existirem na lei, os trabalhadores tinham pouco ou nenhum acesso a seus direitos. Para além disso, esse aceno da ditadura empresarial-militar para os direitos dos trabalhadores não impediu que eles fossem brutalmente reprimidos. O governo, em conjunto com os mercenários e jagunços dos fazendeiros perseguiu, intimidou, torturou e assassinou os trabalhadores do campo que, nos mais variados níveis, se opuseram ao governo ou às injustiças do meio rural.

Durante o governo de Costa e Silva também houveram movimentações em direção a concretização das mudanças nas relações fundiárias no Brasil. Uma delas foi o Ato Institucional nº 9, promulgado em 25 de abril de 1969. Este trazia consigo alterações ao artigo 157 da Constituição Federal de 1967. A motivação deste A.I. foi “proporcionar instrumentos hábeis” para que a reforma agrária planejada pelo governo anterior fosse posta em prática (Brasil, 1969). Neste A.I. foram alterados os incisos 1º e 5º e revogado o inciso 11º. No novo inciso 1º foi retirada a necessidade de pagamento antecipado para a desapropriação de um imóvel rural, bem como delimitou o pagamento segundo o Estatuto da Terra. No novo inciso 5º é dada a possibilidade do Poder Executivo delegar as atribuições de desapropriação dos imóveis rurais, não estando mais limitadas a sua responsabilidade. Por fim, é revogado o inciso que limitava a produção de supérfluos por empresa, bem como o número de empresas por pessoas físicas. (Brasil, 1969) Outra ação do governo Costa e Silva foi o Decreto-Lei nº 582, promulgado no dia 15 de maio de 1969, que

reforçava os parâmetros de identificação dos locais de prioridade da reforma agrária (acentuando a importância dos locais de “tensão social”), bem como instituiu o Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA), composto por membros do executivo e que tinha como sua principal função acompanhar, deliberar e executar a reforma (Medeiros, 2018).

Estas alterações na Constituição aparentavam ter tanto intenção de desburocratizar o processo de desapropriação de imóveis rurais, ao descentralizar as responsabilidades da presidência da república e criar mecanismos deliberativos e executivos paralelos, quanto tornar factível o pagamento das indenizações das expropriações, ao não ser mais exigido o pagamento prévio dos títulos especiais da dívida pública. Porém, apesar desses aparentes passos em direção a efetivação do projeto implementado enquanto lei durante o governo de Castelo Branco, durante o governo de Costa e Silva a reforma agrária continuou não passando de palavras num papel. Isso se deu não somente devido às permanentes dificuldades de execução de tal projeto e à pressão exercida pelos fazendeiros, mas também porque o próprio governo tomou medidas que dificultavam a implementação da lei, como o desmonte dos órgãos e autarquias estatais responsáveis pela reforma¹¹ e a desestruturação do movimento dos trabalhadores rurais (Bittencourt; Schmitz, 2014; Medeiros, 2018; Prado Jr., 1979).

3 A CRUZADA E A QUESTÃO AGRÁRIA

Foi inserida nesta conjuntura conflituosa que a Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco atuou, buscando se inserir nos principais debates públicos e influenciá-los a partir de suas convicções políticas. A reforma agrária foi um dos temas mais abordados pela CDF-PE no *Diário de Pernambuco* durante o ano de 1969.

A Cruzada defendeu a reforma agrária em todos os espaços que se fez presente. Para elas, o exemplo mais louvável da política reformista pela ditadura seria o planejamento realizado pelo GERAN para a Usina Cucaú para a qual foi definida um plano de modernização da produção, com a obtenção de maquinário e técnicas de plantio mais modernas, atrelados a uma diminuição da força de trabalho. Em contrapartida, parte das terras desta usina seria dada aos operários que foram

¹¹ *Diário de Pernambuco*, “GERAN e Cruzada querem salvar ANCARPE”, 14 de set, p. 14.

demitidos de seus empregos devido a “modernização”¹². Aqui estamos diante de um exemplo de política agrária que muito se aproxima do que seria a proposta do empresariado: a desapropriação de terras improdutivas, a transformação de operários em camponeses e a modernização das forças de produção; algo muito apreciado pela Cruzada

Porém, buscando dialogar com os argumentos contrários à reforma, a CDF-PE também pontuava que ela não seria sinônimo de desapropriação e nem mesmo de policultura. A defesa deste ponto parte principalmente de que a partir de experiências passadas de tentativa de redistribuição de terras, elas voltaram a se aglomerar em latifúndios, seja pelo “descuido dos camponeses”, seja porque a terra pernambucana é “mais propensa”, segundo elas, a monocultura¹³.

Inclusive, a CDF-PE defendia que a divisão de terras poderia estar atrelada à organização da produção em um sistema de monocultura, afirmando que não existe contradição entre o pequeno proprietário e a monocultura de cana. O exemplo que embasa essa afirmação é a experiência francesa de plantações de uva e pinheiro marítimo, que são desenvolvidas a partir de milhares de pequenos proprietários que juntos formam uma cooperativa¹⁴.

A proposta de organização dos operários rurais que poderiam deter terras em torno de cooperativas também aparece em outros momentos da agitação da Cruzada, como na “Coluna da Cruzada Democrática Feminina: Reforma Agrária”, de 29 de junho de 1969 (p. 8). Nesta matéria, a cooperativa é colocada como a forma organizativa do uso da terra que irá facilitar seu usufruto, seja por impedir que os camponeses se isolem, seja por auxiliar logisticamente na administração de seu empreendimento.

Neste ponto, a Cruzada apresentou uma proposta concreta para um dos mais cruciais dilemas da reestruturação fundiária brasileira: a larga extensão das unidades de produção agrícola do Brasil. Do açúcar ao café, as principais culturas brasileiras eram desenvolvidas tendo como base a grande propriedade. O debate sobre maneiras de reorganizar essa forma de produção sem que o país fosse prejudicado em termos produtivos foi pouco abordado pelos intelectuais e técnicos da época (Prado Jr., 1979).

¹² *Diário de Pernambuco*, “Coluna Da Cruzada Democratica Feminina”, 29 de junho de 1969, p. 8.

¹³ *Diário de Pernambuco*, “COLUNA DA CRUZADA DEMOCRATICA FEMININA”, 27 de abril de 1969, p. 13.

¹⁴ *Idem*.

Para a Cruzada, o centro de toda a sua preocupação com a reforma agrária era a assistência permanente aos trabalhadores do campo. Para elas, o “rurícola” não foi educado suficientemente para que pudesse tomar a frente de um empreendimento como o de uma propriedade fundiária e dela, sozinho, extrair o máximo possível. Dessa forma, uma das tarefas fundamentais a ser desempenhada pelo governo para que a reforma agrária pudesse conquistar resultados positivos seria a sua “educação social e econômica”:

Nesse sentido e nesta geração, eles precisam de tudo: hábitos de poupança para que não destruam os seus minguados recursos na compra de rádios, em vez de instrumentos agrícolas; de conhecerem e praticarem dentro das suas possibilidades, a mais severa poupança, produzindo tudo quanto possam, isto é, hortaliças, galinhas, coelhos, cabras, vacas, tudo em pequenas dimensões, para enriquecerem, sem dispêndio, a própria manutenção e a da sua família; enfermagem de emergência. Enfim, os nossos rurícolas precisam urgentemente e nesta geração atual, que lhes ensinemos a viver, o que desgraçadamente, eles ignoram.

[...]

Depois de educados social e economicamente, eles transmitem a seus filhos o que aprenderam¹⁵.

Aqui temos um exemplo da postura paternalista da Cruzada com os “rurícolas”, que atravessa todo o seu discurso com relação a esta classe. Ela aparece tanto no discurso de que outras experiências de reforma agrária não teriam dado certo devido à “imprevidência” dos trabalhadores do campo que assumiriam as rédeas destas glebas, quanto na de que os camponeses precisam ser ensinados a como trabalhar e administrar a terra para que a reforma possa ser bem sucedida. Dessa forma, o rurícola seria uma espécie de inocente, ignorante, que precisa aprender os costumes, hábitos e saberes da indústria moderna do campo para poder sobreviver. Essa postura ignora todos os saberes produzidos, adquiridos e compartilhados pelas comunidades de trabalhadores do campo, que há gerações lidam e encontram soluções para os mais diversos problemas e contradições, bem como são experienciados nas mais diversas tarefas e ofícios do meio rural. Para além disso, os camponeses são inseridos fora do espectro da racionalidade, enquanto um *Outro* que nunca poderá tomar as decisões certas, que precisará ser ensinado o que comprar e o que não comprar, que detém vícios, que ao invés de economizar e investir em seu negócio, gasta com “rádios”.

Neste trecho, por exemplo, os camponeses são comparados à crianças, que precisam do auxílio e educação dos pais, representados neste caso pelo Estado e

¹⁵ *Idem*.

pela Cruzada, para conseguirem prosperar economicamente com as terras que serão “dadas” a eles pela reforma agrária:

O Nosso homem do campo está na realidade, em estado de menoridade social e econômica, pelo que, assim como os pais educam os filhos para que, com o tempo, assumam livremente suas responsabilidades, assim também os nossos rurícolas, para seu próprio benefício, não podem dispensar a assistência e proteção dos responsáveis pela fiel execução do plano de reforma agrária.

[...]

No estado atual, ou paternalismo ou tudo será em vão...¹⁶.

O paternalismo da Cruzada também se exprime na forma como ela entende a possibilidade da posse da terra pelo camponês. A terra da reforma agrária seria algo “dado” aos trabalhadores do campo, um presente, e não uma conquista fruto dos anos de luta e organização desses mesmos trabalhadores em sindicatos, movimentos sociais e partidos que defendem, entre outras coisas, a posse da terra. Esse é o mesmo paternalismo que permeia a compreensão de que as lutas políticas do meio rural seriam fruto de cooptação dos camponeses por agentes da subversão. Pois, ao assumir que as lutas desenvolvidas, organizadas e dirigidas pelos camponeses eram fruto de pura agitação externa, de aproveitadores, coloca-os em uma posição passiva, de massa de manobra, desconsiderando-os enquanto sujeitos portadores de interesses, anseios e capazes de ação. A partir do discurso da Cruzada, somos apresentados a um campesinato e proletariado rural completamente passivo.

Esse discurso se transformou em um assistencialismo que se materializou na prática da Cruzada. É possível apresentar alguns exemplos concretos da preocupação da Cruzada com o “auxílio” educativo e social aos “rurícolas”. Um deles é o “Curso de Promoção do Homem Rural à Cidadania”, organizado pela Cruzada em parceria com a Legião Brasileira de Assistência Social. Este curso, inaugurado no dia 05 de maio de 1969, teve como tema de sua primeira aula “O Homem e a Comunidade”, conduzida por uma das dirigentes da Cruzada, a conselheira Ângela Barreto Campello. O curso ocorreu na região rural do Cabo de Santo Agostinho, atingindo um total de 300 trabalhadores rurais.¹⁷

Pode-se citar também a saudação realizada pela CDF-PE ao Ministério do Trabalho por ter sancionado, no 1º de maio, o Decreto-Lei nº 564 que ampliava os direitos de previdência social para os trabalhadores do campo. Segundo as

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ *Diário de Pernambuco*, “Coluna Da Cruzada Democrática Feminina”, 11 de maio de 1969, p. 15.

mulheres, essa lei finalmente traria dignidade para este grupo marginalizado e desde sempre abandonado pelo Estado, que cumpre o importante papel de nutrir a sociedade. Neste elogio às medidas trabalhistas do governo militar, a Cruzada concorda com a declaração realizada pelo General de Brigada Samuel de Alves Correa, em entrevista dada à TV Universitária, de que a extensão da previdência social ao camponeses significaria a “carta de alforria dos rurícolas”,¹⁸ uma direta provocação à fala do ex-presidente João Goulart, que afirmou no comício da Central do Brasil, de 13 de março de 1964, que a reforma agrária seria a “carta de alforria do camponês abandonado”.

Outro foi a agitação feita em conjunto com o GERAN, em defesa do Serviço de Extensão Rural de Pernambuco (ANCARPE). A metodologia utilizada pela Cruzada foi tanto de divulgar publicamente esta problemática, quanto de se reunir com diversos órgãos governamentais e entidades para discutir o assunto e buscar soluções.¹⁹ Na denúncia feita pelo jornalista Samir Abou Hana nos é informado que a ANCARPE estaria fechando em torno de 33 escritórios e demitindo aproximadamente 100 funcionários. O motivo seria a falta de verba e recursos que não estariam sendo repassados pelo Ministério da Agricultura e do Governo do Estado.²⁰

Para as duas entidades, a existência da ANCARPE seria importante devido a dois motivos, principalmente. Primeiramente, devido ao seu papel de educação para os camponeses, destacadamente na parte do aproveitamento da terra e na organização social da produção, trazendo resultados positivos concretos como o trabalho desempenhado na zona rural do Cabo de Santo Agostinho. Em segundo lugar, mais especificamente para a Cruzada, porque entidades como essa, que supostamente promoveriam a modernização e desenvolvimento do campo seriam importantes para impedir que “ideologias subversivas” se disseminassem entre os trabalhadores rurais.²¹

Por fim, inserida nessas preocupações com relação à questão da terra no Brasil, a Cruzada trouxe fortes provocações acerca do papel dos intelectuais e do governo brasileiros durante a história na busca por soluções para o “problema agrário”. Para o movimento, existia uma ausência de formulações voltadas para os

¹⁸ *Idem.*

¹⁹ *Diário de Pernambuco*, “GERAN e Cruzada querem salvar ANCARPE”, 14 de set, p. 14.

²⁰ *Idem.*

²¹ *Idem.*

problemas concretos do país, pois a grande maioria da intelectualidade estaria mais preocupada com questões internacionais:

Afora algumas marcas isoladas em geral as peripécias do estranho casamento de Jackeline, a babel política e sanguinária do Vietnam, o ódio incurável de israelitas e árabes, o duelo ideológico, já transformado em choque d'armas, entre chinas e russos, são preocupações que ocupam o primeiro plano da intelectualidade brasileira.

Do que é nosso do que nos diretamente, poucos cogitam²².

A nossa cultura intelectual e “livresca” estaria fortemente assentada em normas gerais, abstratas, formuladas em outros locais do mundo, sendo somente transplantadas para o nosso país, não levando em consideração as “experiências acumuladas e transmitidas de geração a geração”, que estaria mais presente nas culturas iletradas.²³

E parte dessa concretude nas formulações e nas práticas dos intelectuais estaria presente nas tentativas de solucionar os problemas do campo. Segundo o movimento, os agrônomos, veterinários, pecuaristas e intelectuais em geral estariam presos demais aos livros e pouco atentos à manifestação concreta dos fenômenos e problemas do meio rural. Dessa forma, seria essa falta de observação e de contato com a realidade que estaria impedindo os dirigentes de construir políticas capazes de solucionar os problemas do país:

É realmente um contra-senso aplicarem-se ao Brasil e sobretudo ao Nordeste, normas e espécies de produção incompatíveis com o nosso meio ambiente.

Eis porque é preciso que os nossos agrônomos e veterinários e os demais técnicos não tirem apenas dos livros os princípios gerais das suas ciências, mas completem pela observação o que os livros não ensinam e tem que ser feito por nós mesmos²⁴.

A partir dessas matérias conseguimos identificar alguns elementos importantes. É notório o alinhamento político da CDF-PE com as áreas mais inclinadas ao reformismo da classe empresarial, que acreditavam que a modernização do campo e a formação de uma classe média camponesa seriam importantes ferramentas para o desenvolvimento do país e para combater o “comunismo”.

Conseguimos, também, ter acesso a disputas e tensões entre a Cruzada e o governo. Na mesma matéria em que a Cruzada saúda o projeto feito pelo GERAN

²² *Diário de Pernambuco*, “COLUNA DA CRUZADA DEMOCRATICA FEMININA”, 23 de março de 1969, p. 15).

²³ *Idem*.

²⁴ *Idem*.

para a Usina Cucaú, são feitas diversas menções à necessidade de se formular um projeto que seja exequível e que as autoridades tomem o máximo cuidado possível com a execução. As mulheres afirmam, inclusive, estarem “fartas” de “normas abstratas” que não se concretizam enquanto “resultados práticos”.²⁵

O plano está, portanto, bem organizado e pode ser facilmente resumido e compreendido. Resta, porém, a sua execução que é, deveras, complexa e difícil.

[...]

Como se vê, a execução de tão simples e racional plano depende visceralmente da sua execução. A prática de tal sistema que, em abstrato, é simples e magnífico, depende visivelmente da maneira pela qual seja ele pôsto em prática, pois há inúmeros pormenores, minúcias aparentemente insignificantes que terão efeitos decisivos no resultado final do sistema.

[...]

Partidária entusiasta do plano do GERAN, a Cruzada recomenda, porém, o máximo cuidado na execução da reforma agrária, estabelecendo-se, de partida, uma organização simples, mas eficiente que garanta os seus primeiros e incertos passos²⁶.

Essa preocupação com a parte mais executiva da reforma agrária e o incentivo a um plano “simples” e “eficiente” e a valorização de “resultados práticos” indica uma ausência do governo em atender a estas demandas. Isso nos parece estar diretamente ligado ao quão burocrática, complexa e difícil de se executar se tornou o Estatuto da Terra e seus respectivos Decretos-lei, ao passar pelas diversas modificações propostas pela classe latifundiária brasileira e o próprio desinteresse do governo em colocar a lei em prática.

Seguindo ainda as disputas e tensionamentos com o governo ditatorial, a Cruzada, a partir de suas próprias observações e interesses políticos, defende políticas públicas que estão passando por processos de desmonte por parte do governo militar, entrando publicamente em oposição a ele. No entanto, é importante percebermos que essa disputa não se dá em termos agressivos, mas sim em conjunto com o governo ditatorial. Sobre o fechamento de portas da ANCARPE, A Cruzada busca estabelecer diálogos com o governo para conseguir fazer valer seus interesses:

Desde sexta-feira última estão sendo realizadas reuniões no GERAN e na Cruzada Democrática Feminina, sendo que esta tem interesse em cuidar do assunto junto ao Governo Federal, explicando a gravidade da situação e lembrando que o Nordeste não pode ficar desassistido, sobretudo na sua área rural, ponto de constante exploração subversiva pela falta, ainda, de

²⁵ *Diário de Pernambuco*, “Coluna Da Cruzada Democrática Feminina”, 29 de junho de 1969, p. 8.

²⁶ *Idem*.

solução humana e social capaz de superar diversos e complicados problemas²⁷.

4 CONCLUSÃO

É possível vislumbrarmos o quão complexo é o debate acerca da atuação do governo ditatorial com relação à questão agrária brasileira. Primeiramente, é visível o interesse político das frações majoritárias que construíram o golpe em conduzir uma modernização no campo e melhorar as condições de vida da classe trabalhadora rural. Esse interesse não parte de uma preocupação com a vida dos “rurícolas”, mas sim com o medo de que as suas condições precárias de vida os empurrem para a radicalização política. No entanto, esse princípio é confrontado com os interesses político-econômicos dos fazendeiros, que disputam abertamente com os elementos mais liberais e “modernizadores” do governo os rumos da política agrária, buscando barrar qualquer forma de reforma agrária.

A partir desta tensão a ditadura assume uma postura dúbia, de oferecer “acenos” para os grupos a favor da reforma agrária, redigindo e aprovando leis que pareciam avanços à sua implementação, como também acenos aos fazendeiros e latifundiários contrários à reforma agrária, seja não implementando concretamente as leis aprovadas ou modificando-as a partir dos interesses dos fazendeiros.

A Cruzada se insere neste debate de forma pública, levantando a bandeira da reforma agrária, utilizando um léxico político argumentativo muito próximo das alas reformistas do empresariado brasileiro, porém trazendo argumentos e preocupações próprias. Dentre elas podemos citar a centralidade da educação e da assistência aos trabalhadores do campo para que pudessem ser capacitados a cultivarem suas próprias terras. Essa preocupação se expressava tanto em sua agitação política quanto em suas ações diretas enquanto movimento.

Em alguns momentos, este movimento não hesita em se colocar publicamente contrária a algumas medidas tomadas pelo governo “revolucionário” que ajudou a colocar no poder. Principalmente quando os passos dados pelo governo iam na direção contrária da efetivação da reforma agrária. Conseguimos perceber que mesmo quando a Cruzada discordava do governo vigente, ela defendia os ideais da “revolução” pela qual lutou em 1964.

²⁷ Diário de Pernambuco “GERAN e Cruzada querem salvar ANCARPE”; 14 de set: pág. 14 sic

Esses desacordos e essa disputa política são conduzidas em termos pacíficos. O movimento se aproveita das boas relações políticas e pessoais que detém com quadros do governos para apresentar suas demandas e buscar convencê-los do que considera ser o melhor caminho, bem como construir o seu próprio.

Nessa “queda de braço” pelo futuro do campo brasileiro, os fazendeiros e latifundiários foram os mais beneficiados. A promessa de direitos previdenciários e de uma reforma fundiária não se efetivou e o principal saldo das políticas agrárias da ditadura empresarial-militar foram o aumento da concentração fundiária e o fortalecimento econômico e político dos latifundiários.

Este trabalho, enfim, traz a possibilidade de aprofundar em sala de aula o papel desempenhado pela sociedade civil não somente para a legitimação do golpe, mas também para a sua disputa. Partindo do conceito da “Aula Oficina”, podemos utilizar a documentação listada para provocarmos os alunos acerca do movimento dialético entre coerção e concessão em regimes autoritários, possibilitando que eles possam construir suas próprias narrativas (Barca, 2004).

REFERÊNCIAS

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In. BARCA, Isabel [Org.] **Para uma educação de qualidade**: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação [CIED]/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144

BITTENCOURT, Maurício Vaz Lobo; SCHMITZ, Arno Paulo. **O Estatuto da Terra no confronto do pensamento econômico**: Roberto Campos versus Celso Furtado. Revista Economia e Sociedade Campinas, v. 23, n. 3 (52), p. 577-609, dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182014000300002>

Brasil, Constituição (1967), Ato Institucional nº 9 de 25 de abril de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-09-69.htm. Acesso em 27 de Novembro de 2024.

Brasil, Constituição (1967), Decreto-lei nº 564 de 1º de maio de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0564.htm. Acesso em 27 de Novembro de 2024.

Brasil, Constituição (1967), Decreto-lei nº 704 de 24 de julho de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0704.htm. Acesso em 27 de Novembro de 2024.

BRUNO, Regina - **O Estatuto da Terra**: entre a conciliação e o confronto. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em:
<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/80>

CALLADO, Antonio. **Tempo de Arraes**: padres e comunistas na revolução sem violência. Rio de Janeiro: José Álvaro Editora, 1964.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo de seu pensamento político. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Diario de Pernambuco “Coluna Da Cruzada Democratica Feminina”; 23 de março de 1969: pág. 15. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pagfis=6850

6. Acesso em: 18 de dezembro de 2024.

Diario de Pernambuco “Coluna Da Cruzada Democratica Feminina”; 27 de abril de 1969: pág. 13. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pagfis=6950

9. Acesso em: 18 de dezembro de 2024.

Diario de Pernambuco “Coluna Da Cruzada Democratica Feminina”; 11 de maio de 1969, pág. 15. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pagfis=6987

1. Acesso em 18 de dezembro de 2024.

Diario de Pernambuco “Coluna Da Cruzada Democratica Feminina”; 29 de junho de 1969: pág. 8. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pagfis=7127

9. Acesso em: 18 de dezembro de 2024.

Diario de Pernambuco “GERAN e Cruzada querem salvar ANCARPE”; 14 de set: pág. 14. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pagfis=7372

9. Acesso em: 18 de dezembro de 2024.

Diario de Pernambuco “Custo de Vida, Questão Estudantil e Política: Cruzada lança manifesto” 22 de set; pág. 14.

https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pagfis=7403

1. Acesso em: 18 de dezembro de 2024.

DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado**: Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

FERREIRA FILHO, José Marcello Marques. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil**. (Pernambuco, século XX). Recife: Ed. UFPE, 2022.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Campinas: Autores Associados, 2018.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere, volume 3**: Maquiavel, notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

HOVELER, Rejane Carolina. **O conceito de Aparelho Privado de Hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica**. Revista Práxis e Hegemonia Popular, ano 4, n. 5, p. 145-159, Ago/Dez, 2019 - ISSN 2526-1843. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10792>

LOUREIRO, Felipe Pereira. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964)**: ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra. São Paulo: ed. UNESP, 2020

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Governos militares e trabalhadores do campo: políticas públicas, modernização e mudança social. In: BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; MARTINS, Mônica de Souza Nunes (org.). **Política econômica nos anos de chumbo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Estado ampliado como ferramenta metodológica**. Marx e o Marxismo, v.2, n.2, jan/jul 2014. Disponível em: <https://www.niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/35>

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil - 1961-1964. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MONTENEGRO, Antonio Torres. A Justiça do Trabalho e o “ajudante de caminhão”. In: Araújo, Karlene Sayanne Ferreira; Montenegro, Antonio Torres. **Historiografia**: rastros e vestígios documentais de trabalhadoras e trabalhadores. Recife: UFPE, 2022.

NATIVIDADE, Melissa. **A Aliança para o Progresso no Brasil**: influência estadunidense na educação e pesquisa para o campo (1961-1970). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2017.

NATIVIDADE, Melissa. **Ação e atuação do Grupo de Estudos sobre Reforma Agrária do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES (1961-1964)**. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO, 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338515360_ARQUIVO_TextoANPUHRegional2012.pdf

OLIVEIRA, Carlos Fellipe de. IPÊS E IBAD: **A crise política da década de 60 e o advento do Golpe Civil-Militar de 1964**. Revista Eletrônica História em Reflexão, [S. l.], v. 2, n. 3, 2009. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/276>.

PEREIRA, Anthony. **O declínio das Ligas Camponesas e a Ascensão dos Sindicatos**: as organizações de trabalhadores rurais em Pernambuco na Segunda República, 1955-1963. *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica* - N. 26-2, 2008. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/24184/19623>

PRADO JR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São paulo: Brasiliense, 1979.

PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

ROGERS, Thomas D. A ditadura governa a zona da mata. In: **As feridas mais profundas**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família**: As mulheres no golpe de 1964. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.

STARLING, Heloisa. **Os senhores das Gerais**: os novos Inconfidentes e o Golpe de 1964. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

VIEIRA, Fernando de Oliveira. **Anticomunismo, golpismo e questão agrária**: uma análise sobre o programa agrário do IPES: 1963 - 1966. *Entropia*, [S. l.], v. 6, n. 12, p. 95–117, 2022. DOI: 10.52765/entropia.v6i12.439. Disponível em: <https://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/439>.

AGRADECIMENTOS

É com o coração cheio de gratidão que reservo este espaço para expressar meus mais sinceros agradecimentos a todos que, com carinho e dedicação, caminharam junto comigo durante a graduação até a realização deste trabalho.

Início agradecendo à minha família, principalmente à minha mãe, pai e avó, pelo amor e apoio constante ao longo de toda minha jornada acadêmica. Sem o incentivo e a compreensão de vocês, este caminho não teria sido possível.

Gostaria de agradecer também a todos os colegas, amigos, companheiros e camaradas que fizeram parte da minha vida neste período e que foram essenciais para que eu conseguisse chegar até aqui. Algumas pessoas sinto a necessidade de agradecer diretamente pelo seu papel em minha vida. Sem vocês nada teria sido possível: João Pedro Norberto, Giovanna, Iago, Roberto, Maria Carolina, Thalya,

Clarice, João Victor, Maria Andreza, Nix, Eros, Iasmim, Ivanyele, Thomas, Wérleson e Yasmin.

Agradeço também ao meu orientador, José Marcelo, pela dedicação, pelas valiosas contribuições e principalmente pela paciência. Seu apoio foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho e para meu crescimento enquanto pesquisador e escritor. Agradeço também ao Núcleo de Documentação de Movimentos Sociais - Dênis Bernardes (NUDOC) e todos os colegas com quem dividi este importante laboratório para a preservação da memória daqueles que lutaram e lutam por melhores condições de existência.

Um agradecimento especial à Hemeroteca Digital, parte da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, que disponibilizou de forma pública e gratuita as edições do *Diário de Pernambuco* do ano de 1969, a fonte principal desta pesquisa.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por todo o suporte e estrutura que proporcionou a escrita deste trabalho. Agradeço especialmente seus funcionários terceirizados e técnico-administrativos que constroem ativamente a Universidade e que fazem com que ela funcione diariamente e sirva aos seus propósitos. Agradeço também a todos os professores que, ao longo do curso, compartilharam seus conhecimentos e experiências, contribuindo para minha formação enquanto professor e historiador.

Aos demais que eu possa ter esquecido e que sabem que fizeram parte desta jornada, deixo meu mais sincero agradecimento.